ISSN: 2358-8829

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO PONTO DE PARTIDA PARA A EDUCAÇÃO POLÍTICA (LEI Nº 15.468/2026) E A CIDADANIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Hayara Pereira de Oliveira [1]

1. INTRODUÇÃO

Este estudo analisa o processo de constituição da educação em Novo Oriente de Minas e Pavão/MG, articulando memória e identidade, com abordagem qualitativa e caráter histórico-comparativo, fundamentada na análise documental de Projetos Político-Pedagógicos (PPP), de registros históricos locais e do relato oral da primeira diretora de uma das escolas.

Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, a educação é reconhecida como direito de todos, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reafirma esse direito e estabelece a gestão democrática do ensino público, prevendo a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a das comunidades escolar e local em conselhos escolares (BRASIL, 1996, art. 14).

Embora esse direito exista desde 1988, sua efetivação ainda não está plenamente consolidada, preocupação que se reforça com a Lei nº 15.468/2026, que “altera o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), para incluir educação política e direitos da cidadania como componente curricular obrigatório da educação básica” (BRASIL, 2026).

Este trabalho toma o Projeto Político-Pedagógico (PPP) como ponto de partida para discutir a educação política e a cidadania na Educação do Campo, entendendo que esse documento, assim como seu próprio nome indica, é político, e constitui caminho que concede vez e voz à escola. Partindo da perspectiva de Carneiro (2018):

[1] Licenciada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, hayara.oliveira@ufvjm.edu.br

ISSN: 2358-8829

> "Uma escola com qualidade social e funcional deve ser sensível às especificidades das populações. A criança de classe social favorecida economicamente não tem problema de permanecer na escola. O problema existe com as crianças de periferias urbanas, de ambientes rurais." (CARNEIRO, 2018, p. 277)

Parte-se, então, da seguinte questão: o que acontece quando o PPP de uma escola do campo é lido como fonte de história e identidade, e não como formalidade? Diante disso, o objetivo geral deste estudo é analisar como a valorização crítica do PPP, por meio da memória histórica e da identidade institucional, pode fortalecer a educação política e a cidadania na Educação do Campo, articulando a experiência de dois estágios supervisionados, com reflexão autoetnográfica, à análise documental. Como objetivos específicos, busca-se: (a) identificar, no PPP e nos registros documentais da Escola Estadual do Povoado de Limeira (Pavão/MG), a origem da escola e as práticas cívico-educativas e de mobilização comunitária; (b) reconstituir, a partir do PPP da Escola Estadual de Frei Gonzaga (Novo Oriente de Minas/MG) e de obras locais, a gênese da educação no atual município; e (c) analisar o projeto de intervenção "Memórias que Constroem Futuro: Identidade e Pertencimento", desenvolvido em Frei Gonzaga, como exercício de educação política e cidadania a partir do PPP.

A pesquisa justifica-se por dar visibilidade a fontes locais pouco acessíveis (atas, cadernos, PPPs e obras de autores regionais) e por indicar um caminho que outras escolas do campo podem percorrer para ler seus próprios PPPs como fontes de história e de cidadania.

2. METODOLOGIA

A pesquisa, de abordagem etnográfica, ancora-se na reflexão autoetnográfica, método que, conforme Chang (2008 apud SANTOS, 2017, p. 218), é sustentado por um equilíbrio triádico entre orientação metodológica (de base etnográfica), orientação cultural (interpretativa, atenta à relação entre pesquisadora e sujeitos investigados) e orientação de conteúdo (autobiográfica e reflexiva). Essa tríade articula-se, nesta pesquisa, com a análise documental de Projetos Político-Pedagógicos, atas escolares, relatórios de estágio e obras bibliográficas de autores locais, seguindo o percurso de delimitação do tema e construção do quadro teórico proposto por Barros (2017) para o projeto de pesquisa em História.

ISSN: 2358-8829

As inquietações que originaram esta pesquisa emergiram em dois estágios supervisionados do curso de Pedagogia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). O primeiro, realizado em 2024 na Escola Estadual do Povoado de Limeira (Pavão/MG), foi o primeiro contato da pesquisadora com a leitura de um PPP. O segundo, o Estágio Supervisionado em Gestão Escolar, realizado no primeiro semestre de 2025 na Escola Estadual de Frei Gonzaga (Novo Oriente de Minas/MG), originou o projeto de intervenção "Memórias que Constroem Futuro: Identidade e Pertencimento". As inquietações foram aprofundadas por discussões interdisciplinares em componentes como Educação, Cidadania e Direitos Humanos e Políticas e Gestão Educacional, dentre outras.

Cabe registrar que o recorte documental inicialmente delimitado no resumo desta pesquisa (1964-1973) foi ampliado ao longo do aprofundamento da investigação. A análise documental e a história oral revelaram registros fundacionais anteriores a esse período, como a criação da Escola Estadual de Frei Gonzaga, em 1939, indispensáveis para a compreensão da gênese histórica da Educação do Campo na região. Optou-se, portanto, por ampliar o marco temporal da pesquisa, passando este a compreender o período de 1939 a 2026, sem prejuízo do núcleo documental originalmente proposto, que permanece como eixo central da análise.

Os documentos e imagens de acervo pessoal utilizados nesta pesquisa, cedidos por Noeme Martins Gonçalves e por familiares vinculados às instituições estudadas, foram autorizados expressamente por seus detentores para fins de divulgação científica, o que resguarda o direito de uso de imagem e de depoimento oral no âmbito desta investigação. O relato oral da Sra. Noeme foi tomado como fonte, e não como fato dado: foi lido em diálogo com os documentos, distinguindo-se memória, registro e interpretação.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Tendo em vista que política "deriva do adjetivo originado de pólis (politikós), significando tudo o que se refere à cidade, à vida pública e coletiva, consolidando-se historicamente como a arte ou ciência do governo e da reflexão sobre os assuntos da cidade" (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 954), a educação como direito constituído configura-se, essencialmente, como um ato político. Cabe destacar que, no

ISSN: 2358-8829

caso brasileiro, a cidadania seguiu um percurso particular: diferentemente da sequência clássica descrita por Marshall (civil, política, social), houve no Brasil alteração na ordem em que os direitos foram adquiridos, pois o direito social precedeu os demais (CARVALHO, 2021), inversão que ajuda a explicar por que a educação política ainda depende de exigência legal para se efetivar. Essa dimensão ganha centralidade normativa e curricular com a Lei nº 15.468, de 13 de julho de 2026, que acrescenta o § 9º-B ao art. 26 da LDB (Lei nº 9.394/1996), tornando a educação política e os direitos da cidadania componentes curriculares obrigatórios (BRASIL, 1996; BRASIL, 2026).

Para que essa exigência legal não se reduza a uma formalidade abstrata, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) assume o papel de ponto de partida para pensar sua materialização. Cada escola possui uma história, uma comunidade e uma realidade ímpar, o que exige que o PPP seja tratado não como cópia ou mero cumprimento de exigências burocráticas, mas como "expressão viva de quem a escola é, e de quem ela pretende formar" (VEIGA, 2013, local. 158). Em diálogo com essa perspectiva, Veiga (2013) lembra que todo projeto pedagógico é também político, por assumir compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade, o que significa lutar contra a padronização e a rotina burocrática. Trata-se, simultaneamente, de um ato político, ao definir o compromisso com a formação cidadã, e pedagógico, por organizar o trabalho educativo voltado à apropriação dos saberes historicamente produzidos e à construção de uma escola com qualidade social (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2021).

A identidade docente não se constrói isolada do tempo e do espaço: não se inicia na faculdade, mas é enraizada em toda a história de vida do sujeito (TARDIF, 2014). Também a identidade da escola do campo tem raízes na realidade que a cerca: as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo a definem pela vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorada na temporalidade e nos saberes próprios dos estudantes e "na memória coletiva que sinaliza futuros" (BRASIL, 2002, art. 2º, parágrafo único). Nesse horizonte situa-se o projeto de intervenção "Memórias que Constroem Futuro: Identidade e Pertencimento", desenvolvido em Frei Gonzaga, que parte do PPP e da memória coletiva da comunidade escolar.

Sem o resgate dessa memória, o desconhecimento da trajetória da escola e da comunidade acarreta o apagamento da memória institucional, convertendo o PPP em documento estéril. Superando essa lacuna, a realidade escolar deve ser o ponto de partida

ISSN: 2358-8829

para a problematização da prática (ZANATA; CAPELLINI, 2018, p. 103), articulando as especificidades da Educação do Campo, a participação da comunidade e a práxis emancipatória necessária à cidadania e à educação política nos territórios escolares (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2021).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A leitura crítica e a análise dos PPPs e dos registros documentais das escolas investigadas evidenciaram um movimento comum: a apropriação documental, quando ultrapassa a leitura passiva e burocrática, converte-se em ato de pesquisa e de protagonismo da comunidade. Esse movimento manifestou-se na articulação entre a história local, a memória docente e a vivência dos estágios supervisionados.

> "A Escola Estadual do Povoado de Limeira, localizada na Praça Antônio Martins Gabriel, nº 271, pertencente à Zona Rural do Município de Pavão/MG, Região do Vale do Mucuri, surgiu a partir da necessidade do jovem do campo ser inserido ao mundo do conhecimento e ter acesso à informação [...]. O proprietário da fazenda local, Antônio Martins Gabriel, doou para o Estado uma área de sua fazenda, no Povoado de Limeira, onde foi construído o prédio da Escola." (LIMEIRA, 2022)

Na Escola Estadual do Povoado de Limeira, durante o estágio de 2024, a leitura do PPP revelou como a escola teve seu início: o terreno partiu da doação do Sr. Antônio Martins Gabriel, identificado, no percurso da pesquisa, como tataravô desta pesquisadora. Sua filha, Noeme Martins Gonçalves, tornou-se a primeira diretora da instituição: segundo seu relato, iniciou o magistério informalmente, ensinando os próprios irmãos e, depois, vizinhos, em uma “casinha de curral”, até que, em 1964, o pai doou parte do terreno para a construção de duas salas de aula regulares.

Além do relato da Sra. Noeme, livros de atas de 1967 e 1973, cedidos por ela, registram práticas cívico-educativas, como comemorações da morte de Tiradentes, do Descobrimento do Brasil e do Dia do Índio, com palestras, poesias e cânticos, e permitem perceber a presença de professoras, alunos e comunidade (LIMEIRA, 1967-1973). Esses registros indicam que a formação cidadã já era exercida na escola do campo naquele tempo e mostram como ela se organizava.

A escola manteve, ao longo de décadas, esse espírito de mobilização comunitária: em 1991-1992, a própria comunidade reivindicou a extensão da série ofertada, resultando

na Resolução nº 6977/92, o que indica que o desejo pela educação política na Educação do Campo antecede a obrigatoriedade instituída pela Lei nº 15.468/2026. Como registrou a própria Noeme, “ser professor [...] é um ato de amor à humanidade” (GONÇALVES apud OLIVEIRA, 2025): a escola foi, portanto, desejo de quem por ali passou, e a educação hoje ofertada pode ser compreendida pelos estudantes não como obrigação, mas como direito conquistado.

Os cadernos escolares pessoais de Noeme Martins Gonçalves, ainda preservados, reforçam o valor documental do acervo cedido a esta pesquisa e revelam a ausência, naquele tempo, de programas e políticas públicas hoje disponíveis: transporte escolar, merenda e materiais didáticos cabiam às famílias, num cenário rural em que cavalos e burros estavam entre os principais meios de transporte.

> "Em 1939, o povo de Jabuti reuniu-se e construiu uma casa com duas salas, dois quartos e uma cozinha. Casa esta que foi destinada ao funcionamento de uma escola e a moradia de uma professora vinda da cidade de Teófilo Otoni [...]. Surgia então, a primeira escola do atual município de Novo Oriente de Minas." (FREI GONZAGA, 2022)

A leitura do PPP da segunda escola de estágio trouxe um fio condutor essencial à pesquisa: a informação de que a atual Escola Estadual de Frei Gonzaga seria a “primeira escola do atual município de Novo Oriente de Minas”. Confirmá-la não foi simples, pois não havia acervo local nas bibliotecas públicas da região. Após buscas na internet, a reportagem “Conheça as belezas da cidade de Novo Oriente de Minas, no Vale do Mucuri” (MG INTER TV, [s.d.]) apresentou a obra de Luciano Rocha, O Belo que Virou Novo, e a pesquisadora pôde conhecer o próprio autor, que cedeu um exemplar físico da obra (ROCHA, 2012), a qual colaborou significativamente com a pesquisa.

> "Durante os anos de 1939 a 1945, as crianças de Belo Oriente estudavam em 'Jabuti'. [...] Para minimizar o sofrimento daquelas crianças, João Roque pediu que a professora, Dona Alexandrina, viesse trabalhar também em Belo Oriente, para que facilitasse a vida dos estudantes." Áurea Amélia de Miranda (ROCHA, 2012, p. 37)

O trecho indica, de forma implícita, que as crianças de Belo Oriente, atual Novo Oriente de Minas, estudavam em Jabuti, atual Frei Gonzaga, o que converge com o que o PPP da escola apresentava. Como se descrevia ainda que a escola, no momento da fundação, pertencia ao atual município de Teófilo Otoni, a pesquisadora dirigiu suas buscas a esse município, em busca de mais informações.

ISSN: 2358-8829

Em pesquisa de campo na região, em março de 2026, no SEDINE (Serviço de Documentação e Informação Educacional) de Teófilo Otoni, setor vinculado à Superintendência Regional de Ensino responsável pelos dados e documentos escolares da região, uma servidora apresentou a obra local “História da Educação em Teófilo Otoni”, de Dalva Neumann Keim (1987). Era a segunda fonte local, que permitiu situar o registro documental em um processo histórico mais amplo de ocupação e formação educacional da região.

Ao analisar a obra, notou-se uma coincidência reveladora: a Escola Normal e Ginásio São Francisco, descrita por Keim (1987) como marco educacional de Teófilo Otoni por quase meio século, foi também onde Noeme Martins Gonçalves, fundadora da Escola Estadual Povoado de Limeira, iniciou sua formação, antes de se tornar a primeira diretora, o que evidencia a ligação entre instituições que formaram a educação do Vale do Mucuri. Além disso, após a leitura e a comparação dos PPPs, de documentos complementares e de obras locais, a Escola Estadual de Frei Gonzaga indica ser, até o momento desta pesquisa, a primeira escola do atual município de Novo Oriente de Minas.

O trecho a seguir, de Keim, registra a escola entre as mantidas pelo Estado no meio rural:

> "O Estado mantém 24 Escolas no meio rural: em Liberdade, Água Fria, Barra do Cedro, Boa Vista [...], Frei Gonzaga, Mucuri [...], sendo a maioria delas reconhecida pelo Estado e instaladas entre 1963 e 1968." (KEIM, 1987, p. 32)

O histórico da própria escola, registrado em seu PPP, informa que ela pertenceu à rede municipal de Teófilo Otoni até 1958 e passou à rede estadual por convênio em 1959. Como a maior parte das escolas listadas por Keim foi reconhecida pelo Estado e instalada entre 1963 e 1968, e a de Frei Gonzaga é anterior e de iniciativa comunitária (1939), a passagem ao Estado ocorreu, segundo o PPP, cerca de duas décadas após a fundação. A primazia da escola apoia-se, por ora, no cruzamento entre o PPP e a obra de Rocha, e permanece aberta a verificação em documentos oficiais.

Esse percurso, do documento à obra e da obra à pesquisa, sugere que a apropriação crítica do PPP não se encerra nele mesmo: pode inaugurar um movimento de protagonismo intelectual que a própria Lei nº 15.468/2026 busca fomentar. Nesta leitura, escrever este artigo constitui, para a pesquisadora, um ato político: formada nesta região e pela UFVJM, ela dá continuidade ao esforço iniciado por autores locais, com a intenção

de que a leitura crítica das obras de Rocha e Keim sirva de apoio à educação política de crianças e jovens da Educação do Campo na região.

A inquietação sobre a informação do PPP de Frei Gonzaga inspirou, ainda durante o estágio, o projeto de intervenção “Memórias que Constroem Futuro: Identidade e Pertencimento”. A escuta dos relatos de familiares dos alunos, ao longo do projeto, confirmou que a maioria dos pais dos atuais estudantes também estudou naquela escola. Ao compartilhar parte de sua história, esses atores materializaram a compreensão de que a história da escola está intrinsecamente ligada à história da comunidade, o que forma uma identidade singular.

A culminância (27/05/2025) reuniu equipe pedagógica, gestão, professores, alunos, famílias e comunidade, em um exercício coletivo de reflexão sobre a escola do passado, a do presente e a que se deseja para o futuro, que, como as demais atividades do projeto (a exemplo da caça ao tesouro), teve como ponto de partida intencional o PPP e a história da escola. Nos momentos de bate-papo com os alunos, a falta de uma quadra esportiva foi mencionada de forma recorrente, associada às limitações das aulas de educação física, o que, segundo a pesquisadora, também se refletiu na produção de texto de um estudante do 4º ano que imaginou a escola com uma quadra. Outro texto, ao descrever a reforma, refere a construção de uma quadra, divergência a esclarecer. Convidados a pensar a escola a partir de sua história, os estudantes ensaiaram, assim, um olhar crítico sobre o próprio espaço, o que aponta, sem esgotá-lo, para a educação política e a cidadania que a Lei nº 15.468/2026 viria a exigir como componente curricular obrigatório.

> "A visita à antiga estrutura [...] ocorreu de forma lúdica, através da brincadeira do caça ao tesouro [...]. A ideia foi entender as mudanças ocorridas desde 1939 até a escola atual. [...] Um dos primeiros pontos é o seu princípio: a união da comunidade em sua construção. [...] Esse cantinho nada mais é do que a frente da escola, marcada pela presença de uma castanheira gigante [...]. Durante o projeto, a árvore se tornou destaque nos relatos das memórias das pessoas que estudaram na Escola Estadual de Frei Gonzaga [...], como o desenho da memória afetiva na colcha de retalhos [...]. Os alunos identificaram uma semelhança entre os desenhos: a famosa castanheira [...], sem que houvesse combinação prévia." (OLIVEIRA, 2025)

O episódio da castanheira ilustra que a identidade da escola não se esgota em sua estrutura física ou em seus materiais didáticos: constitui-se também por elementos simbólicos, apropriados coletivamente pela memória afetiva da comunidade escolar, o que indica que a escola, como espaço político, transcende sua materialidade institucional.

ISSN: 2358-8829

A árvore, que já não existia à época do projeto, é lembrada nos textos dos alunos com versões distintas sobre o motivo da derrubada (raízes que danificavam o piso, segurança durante a reforma, críticas da comunidade); tratam-se de memórias a confirmar em documentos, e não de fato comprovado.

Esses achados dialogam com Veiga (2013) e Libâneo, Oliveira e Toschi (2021): o PPP deixa de ser documento estéril e burocrático quando se nutre da realidade sociocultural e da história de seu território. Dialogam também com Tardif (2014), para quem os saberes e a prática docente estão ancorados nas situações de trabalho e na trajetória de vida dos sujeitos. A comparação entre as duas escolas tornou visível que cada uma guarda, no PPP, uma identidade própria; e, nas duas, a origem e a manutenção dependeram da iniciativa da comunidade. Isso indica que o PPP permite compreender a política para além do conceito, como prática que começa no contexto em que o estudante vive.

Os achados permitem ainda discutir o papel da pesquisa no ensino. Ao investigar os rastros deixados pelos pioneiros da educação regional (ROCHA, 2012; KEIM, 1987), a pesquisadora experimentou o que Freire (2024, p. 30) afirma ao dizer que "não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino", princípio que, aplicado ao próprio PPP, transforma alunos e professores em investigadores de sua própria história. Nesse caminho, o PPP deixa de ser arquivo estático e passa a cumprir função emancipatória: resgatar o patrimônio material e imaterial da comunidade e honrar a luta dos antecessores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória desta pesquisa indica que o PPP, quando tomado como ponto de partida e não de chegada, permite ir além da dimensão formal e revela-se expressão viva da identidade institucional. A articulação entre os documentos históricos (1939-2026), o acervo documental e fotográfico e a vivência dos estágios mostrou que a educação política se materializa quando o contexto e os sujeitos são considerados de forma ativa e crítica. Memória coletiva e participação comunitária aparecem, assim, como componentes da gestão democrática e da educação política nas escolas do campo. Recomenda-se, por isso, que as escolas desenvolvam projetos capazes de despertar nos estudantes a curiosidade pela história da escola, ligada à história da comunidade, estimulando o registro e a conexão entre passado, presente e futuro.

Conforme postula Tardif (2014), a identidade profissional e o saber docente não se constroem dissociados da história de vida e da inserção nos contextos de trabalho. É a partir do reconhecimento de sua trajetória, como pesquisadora formada na região e pela UFVJM, que este estudo se insere como continuidade do esforço de valorização da educação do Vale do Mucuri, em diálogo com Luciano Rocha e Dalva Neumann Keim.

Reconhecem-se limites: a primazia histórica de Frei Gonzaga carece de documento oficial de criação, e a pesquisa, de abordagem etnográfica, parte de dois casos e de uma reflexão autoetnográfica, sem pretensão de generalizar. Por isso, ela não se esgota na pesquisadora: é um convite à continuidade. Entre os desdobramentos, está o mapeamento da Escola Estadual Benjamin da Cunha, em Pavão/MG. Novos trabalhos e livros locais, como os de Rocha e Keim, que colaboraram com esta pesquisa, podem ampliar o acervo regional, cuja escassez foi um limite no início do estudo; e as escolas do campo podem criar espaços culturais e um museu de memória local, inexistente, até onde se identificou, na região. Espera-se que esta investigação sirva de aporte a futuras pesquisas e a práticas que busquem materializar a Lei nº 15.468/2026 a partir da história local, em diálogo com a premissa freiriana de que o conhecimento transforma a realidade por meio da ação consciente dos sujeitos (FREIRE, 2024).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e à minha família, em especial ao meu esposo, pelo apoio de sempre; à comunidade de Frei Gonzaga e à diretora Gelke, pelo acolhimento; à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e a Noeme Martins Gonçalves, pela cessão de documentos, imagens e memórias; e aos autores locais Luciano Rocha e Dalva Keim. Registra-se o uso de ferramenta de inteligência artificial (Claude, Anthropic) como apoio à organização e revisão textual deste trabalho, sob supervisão e responsabilidade integral da autora quanto ao conteúdo científico.

6. REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2017. E-book. ISBN 978-85-326-5615-5.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C. Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de

Brasília, 1998. Disponível em: https://archive.org/details/BOBBIONorberto.DicionarioDePolitica/page/954/mode/2up. Acesso em: 17 set. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 1 ago. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 9 abr. 2002, Seção 1, p. 32.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 15.468, de 13 de julho de 2026**. Altera o art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), para incluir educação política e direitos da cidadania como componente curricular obrigatório da educação básica. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 14 jul. 2026, Seção 1, p. 1. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-15.468-de-13-de-julho-de-2026-718704159. Acesso em: 17 set. 2026.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 24. ed. revista, atualizada e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. 4ª reimpressão, 2022. ISBN 978-85-326-1966-2.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. E-book (edição digital consultada; paginação não disponível).

FREI GONZAGA. Escola Estadual de Frei Gonzaga, Novo Oriente. **Projeto Político Pedagógico**, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 78. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024.

KEIM, Dalva Neumann. **História da Educação em Teófilo Otoni**. Teófilo Otoni, abril de 1987.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2021. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos). E-book. ISBN 978-65-5555-142-6.

LIMEIRA. Escola Estadual Povoado de Limeira, Pavão. **Projeto Político Pedagógico**, 2022.

LIMEIRA. **Livro de Atas e Reuniões**. Escolas Combinadas/Escola Estadual Povoado de Limeira, Pavão-MG, 1967-1973. Acervo particular cedido por Noeme Martins Gonçalves à pesquisadora.

MG INTER TV. Especial Cidades: conheça as belezas e curiosidades da cidade de Novo Oriente de Minas, no Vale do Mucuri. [Reportagem em vídeo]. Disponível em: https://www.facebook.com/share/v/15LPbbCLoj/. Acesso em abril de 2025.

OLIVEIRA, Hayara Pereira de. **Relatório de Estágio**: O Projeto Político-Pedagógico e a Construção da Identidade Escolar. Águas Formosas – MG, 2025.

ROCHA, Luciano. **O Belo que Virou Novo**. 1. ed. Novo Oriente de Minas: Gráfica Exclusiva, 2012.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/133503. Acesso em: 21 set. 2026.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 1. ed. Campinas: Papirus, 2013. E-book.

ZANATA, Eliana Marques; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho (org.). **A prática de ensino e o estágio curricular supervisionado no curso de Pedagogia**: desafios e possibilidades. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.